

## Em respeito às vítimas da chuva, São João do Sindsprev Pernambuco é adiado

**D**esde o dia 28 de maio de 2022 Pernambuco sofre com inúmeros alagamentos, deslizamentos de barreira e mortes em vários locais de seu território. Até a última segunda-feira, 128 mortes foram confirmadas e quase 10 mil pessoas desabrigadas, distribuídas em 126 instituições como escolas e outras entidades públicas de 26 municípios do estado.

O Sindsprev que já estava com o evento de São João marcado para o dia 4 de junho, no Centro de Formação e Lazer - CFL, remarcou a festa junina para o dia 1º de julho, conforme decisão da diretoria, a fim de manter a agenda das atrações convidadas - Jorge de Altinho, Calango Aceso e Som Nordestino. Em contrapartida, o CFL e a sede do Sindsprev tornaram-se pontos de arrecadação para ajudar as famílias vítimas do desastre.

O sindicato recolhe fraldas, roupas (principalmente



**SÃO JOÃO SOLIDÁRIO**

**ADIADO**

FAMÍLIAS QUE PERDEM TUDO NAS CHUVAS PRECISAM DE SUA AJUDA  
NO DIA DA FESTA DE SÃO JOÃO, DIA 04/06/22

MAS NÃO PRECISA ESPERAR ATÉ O DIA DA FESTA PARA COMEÇAR AJUDAR

VIRAMOS TAMBÉM PONTOS DE ARRECAÇÃO

DOE ROUPAS, COBERTORES, ALIMENTOS E ÁGUA MINERAL

SINDSPREV: Rua Marques Amorim, 174 - Boa Vista, Recife - PE  
CFL: Av. Padre Mosca de Carvalho, 50 - Guabiraba, Recife

Informações: (81) 3433-8311 / (81) 99269-4787

para crianças), cobertores, alimentos não-perecíveis e água mineral e endereça para as organizações que prestam assistência nas comunidades periféricas, por exemplo, território mais afetado pelo temporal.

Por dois anos consecutivos o sindicato não re-

aliza festa junina de maneira tradicional, o motivo foi a pandemia da Covid-19 que deixou no Brasil mais de 600 mil mortos. Agora, com o passar das chuvas, será realizada uma grande festa, com as atrações citadas acima, comidas típicas e muito forró pé de serra.

Já houveram outras cheias que terminaram em tragédias no estado, a tragédia deste ano superou a de 1975, que deixou 107 pessoas mortas. Já a grande cheia de maio de 1966, que é considerada a maior da história de Pernambuco, levou a óbito 175 pessoas.

O descaso do Estado com as áreas de risco, que fomenta o racismo ambiental, afeta diretamente os mais pobres e, consequentemente, é nessa classe que se concentram as mortes. Nos últimos seis meses, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro somaram mais de 400 mortes pelo mesmo motivo.

Na última sexta-feira (3), o governo de Pernambuco decretou luto de três dias pelas 128 mortes e o auxílio de um salário mínimo por morte para as famílias que perderam seus entes queridos. Além disso, os desabrigados e desalojados poderão receber um auxílio de R\$1.500,00 em parcela única.

### Novo corte no orçamento - PÁG 3



Foto: Sindsprev-PE

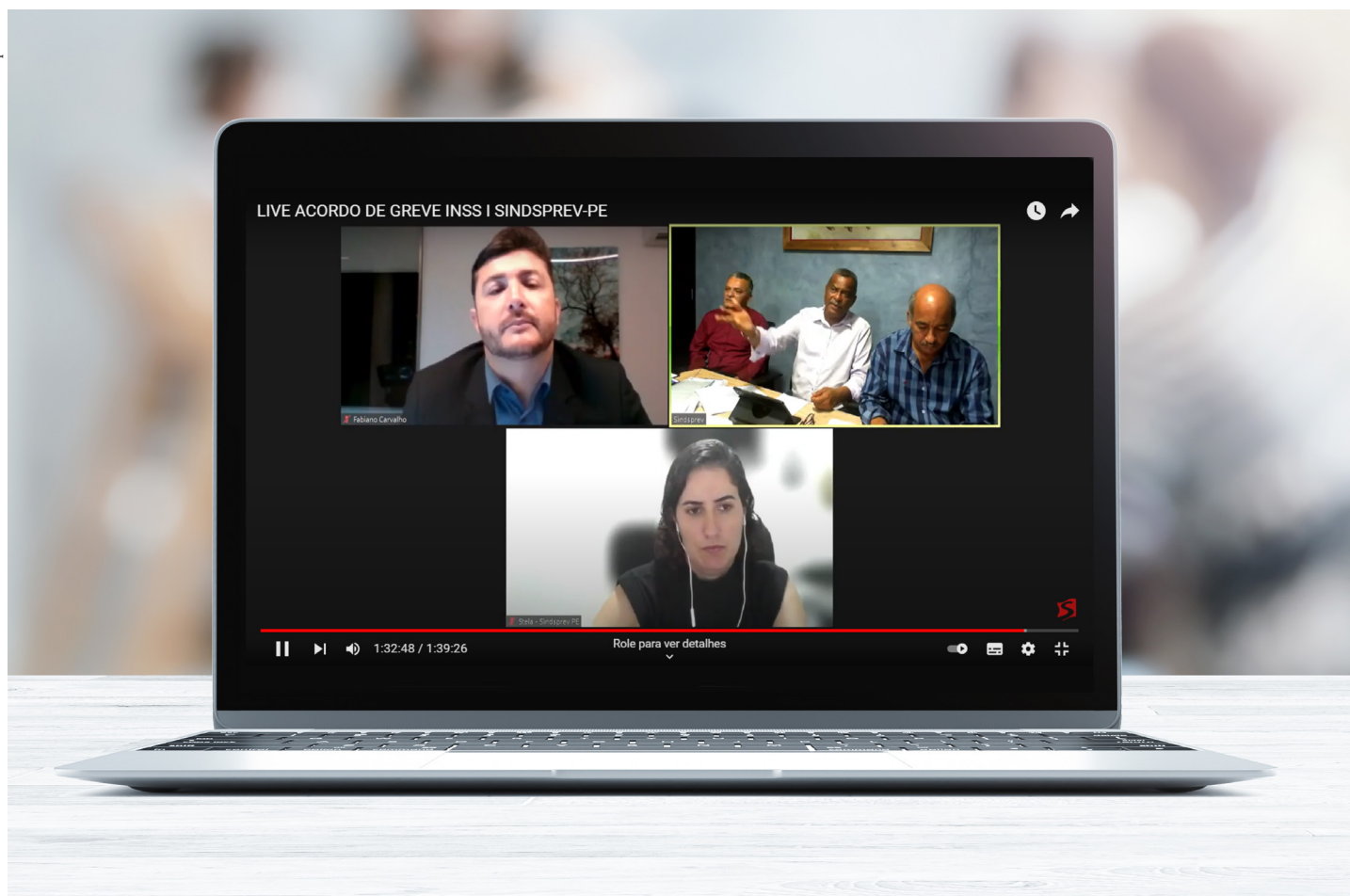
### Conta de luz mais cara - PÁG 4



Foto: Sindsprev-PE

## Sindsprev Pernambuco realizou live para explicar acordo de greve a servidores do INSS

Foto: Sindsprev-PE



Na noite da terça-feira, 31 de maio, o Sindsprev-PE realizou uma live através do canal do Youtube com os servidores públicos federais do INSS para falar sobre a negociação do Acordo de Greve que determinou a suspensão do movimento grevista realizado por 51 dias em Pernambuco.

Na ocasião, participaram o Coordenador-geral do Sindsprev, Luiz Eustáquio, o Secretário-geral, Irineu Messias, o diretor financeiro, José Bonifácio Monte e a diretora Stella Pragana, que também

fazem parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Seguridade Social - CNTSS além do advogado do sindicato, Fabiano Parente.

Stella Pragana explicou detalhes do termo de acordo que foi assinado com as propostas apresentadas na Minuta. Entre as dúvidas dos internautas, estava a questão da reposição das horas paralisadas nos dias de greve. Segundo os diretores, a maneira mais justa para fazer pagamento dessas horas em débito, é através de serviços

prestados pelos servidores ao órgão.

Os diretores ainda ressaltaram a importância de que todos os servidores do INSS se ajudassem em relação à prestação dos serviços, com a intenção de não sobrecarregar aqueles que se sacrificaram na paralisação, já que os benefícios adquiridos com a greve irão atender a todos, inclusive os que não se uniram ao movimento.

Dúvidas jurídicas foram respondidas pelo advogado Fabiano Parente e os dire-

tores responderam sobre a volta de servidores às agências da Previdência Social (APS,s), por exemplo, que conforme anunciaram, será monitorada. Para os mesmos a importância da comunicação entre servidores e sindicato é fundamental para apontar possíveis irregularidades em relação às APS's que possam prejudicar a saúde dos mesmos.

Você pode conferir a live na íntegra no canal do Youtube do Sindsprev-PE. Inscreva-se em nosso canal.

## Expediente

**INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Rua Marques de Amorim, 174, Boa Vista, Recife-PE.  
CEP 50070-335.  
Fone: (81) 2127-8333.  
Site: [www.sindsprev.org.br](http://www.sindsprev.org.br)  
E-mail: [siprevpe@uol.com.br](mailto:siprevpe@uol.com.br)

Coordenação Geral: Luiz Eustáquio  
Secretaria Geral: Irineu Messias  
Secretaria de Imprensa e Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição: Martihene Oliveira e Carlos Segundo  
Textos: Martihene Oliveira e Carlos Segundo  
Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

## Novo corte no orçamento de 2022 interfere na reserva de reestruturação de carreiras do serviço público

Na tarde da última segunda-feira (6), o governo federal fez a pronúncia de um bloqueio efetivo de recursos no orçamento de 2022 no valor de R\$6,965 bilhões. Dessa vez, o valor é menor que os R\$8,2 bilhões anunciados na semana anterior porque decidiram utilizar a reserva de R\$1,737 bilhão, guardada com o objetivo de reestruturar carreiras do serviço público, com a intenção de abater o montante total que precisa ser contingenciado dos ministérios.

Quem fez o anúncio foi o Ministério da Economia. Até agora, R\$8,7 bilhões já foram bloqueados. Quase 50% desse valor sai do orçamento dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Educação e Saúde.

Vale ressaltar que esse montante que interfere diretamente no reajuste dos servidores ainda não descarta um eventual aumento para o funcionalismo, contudo, o governo já apresentou a possibilidade de em vez de conceder o reajuste salarial de 5%, informado para a imprensa e sem negociação com a categoria ainda no período de greve do INSS, aplicar um aumento no vale-alimentação deixando de fora os servidores públicos federais aposentados. Embora ainda não houve decisão formal sobre isso, caso essa decisão ocorra, um novo bloqueio no orçamento será anunciado para que ele possa arcar com essas despesas.

O Sindsprev-PE, em conjunto com as outras entida-



Foto: Sindsprev-PE

des do movimento sindical brasileiro está mobilizado para a luta do reajuste sa-

larial de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas.

## Bolsonaro desmantela proteção previdenciária e aumenta fila do INSS

Uma análise feita pela assessoria de Saúde e Previdência da Federação dos Químicos de São Paulo (Fetquim) a partir dos dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) mostra que, em 2010, no governo do ex-presidente Lula (PT), o INSS tinha 39.630 servidores. Em 2020, o número despencou para 20.555, uma queda de 19.075 servidores (50%).

Essa redução prejudica a concessão de milhares de benefícios previdenciários e acidentários, como mostra o Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS) de março de 2022 e, consequentemente, aumentado a fila de espera do INSS.

O diretor dos Químicos Unificados e secretário de



Saúde da Fetquim, André Alves, alerta que é preciso reagir não só ao desmanche da Previdência Social como retomar o Ministério

do Trabalho com um número suficiente de fiscais do trabalho para fiscalização no dia a dia das empresas.

“Bolsonaro e Guedes [ministro da Economia] destruíram a Previdência e não fizeram concursos e tentaram colocar militares que não entendem de previdência para trabalhar. E quem na realidade está sofrendo com isso são os que contribuíram para com a Previdência por longos anos de sua vida de trabalho por culpa deste governo”.

Os números da própria Previdência revelam que o desmantelamento da proteção social é responsabilidade do governo de Jair Bolsonaro (PL), que vem aumentando a fila de espera para a concessão de benefícios com decisões como corte de verbas e do quadro de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## Contas de luz ficarão mais caras com privatização da Eletrobras

Apesar de todos os alertas e do ministro Vital do Rêgo ter apontado irregularidades no processo, a privatização da Eletrobras, considerada a maior empresa de energia da América Latina, foi aprovada no dia 18 de maio pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Com a desestatização, o governo federal deverá ter a sua participação na Eletrobras reduzida para 40%.

No dia primeiro de Junho, o superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Davi Antunes Lima, afirmou em audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados que a privatização da Eletrobras trará um aumento na conta de energia para o consumidor.



Foto: Sindsprev-PE

“São afrontas diretas a leis. Sem se falar em inobservância a normativos infralegais e à própria Constituição Federal, além de descumprimento de acórdão e de jurisprudência do TCU”, destaca o ministro em seu voto. “A desestatização não pode continuar sem a resolução dessas ilegalidades”.

No total, o ministro apresentou seis supostas ilegalidades no plano de privatização da estatal.

O governo Bolsonaro marcou para o dia 13 de junho a privatização da Eletrobras, mas os eletricitários continuam firmes na defesa do patrimônio brasileiro e da sociedade como um todo.

Eles estão organizando diversas manifestações nas redes sociais, desde a manhã de segunda-feira (30 de Maio) até o dia 13 de junho, quando será realizado um grande Ato Nacional em Defesa da Eletrobras Pública. O horário e o local ainda vão ser definidos pelos organizadores.

## Corte de R\$ 8,2 bi da Educação e da saúde poderiam ser evitados



Foto: Sindsprev-PE

Um decreto editado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) bloqueia R\$ 8,2 bilhões das despesas do Orçamento de 2022, mesmo depois de o orçamento deste ano já ter sido aprovado. Segundo nota da Secretaria-geral da Presidência da República, o objetivo do decreto é “assegurar o cumprimento do teto de gastos” para que as despesas não excedam a inflação do ano anterior.

As áreas atingidas pelos cortes do orçamento são ligadas à Educação, Saúde,

Ciência e Tecnologia. O MEC, por exemplo, terá R\$ 3,2 bilhões bloqueados da verba prevista para a pasta em 2022, fato que atingirá institutos e universidades federais. O corte da Saúde também é bastante significativo: R\$ 1,6 bilhão de um total de R\$ 17,4 bilhões (também 7,2% do total).

O corte é gravíssimo visto que no dia 22 de Abril o governo de Jair Bolsonaro decretou o fim da emergência sanitária provocada pelo fim da pandemia de COVID-19

no país. Os estados enfrentam neste ano um corte de recursos na ordem de R\$ 40 bilhões em relação ao orçamento de 2021, que resultou numa redução de 60% dos leitos dos leitos de UTIs em todo o Brasil.

Esses cortes poderiam ser evitados se tanto dinheiro público não fosse indevidamente perdido com uma má administração principalmente no setor previdenciário. Atualmente há um déficit estimado em 23 mil servidores federais o que ocasiona em atrasos no andamento dos processos e juros que acabam sendo pagos pela sociedade.

Um estudo do Tribunal de Contas da União aponta que um processo administrativo que cumprisse um rito normal, com um número de ser-

vidores suficiente para evitar o acúmulo de pedidos de benefícios, custaria pouco mais de R\$ 700.

Por outro lado, um processo judicial, causado por atrasos, entraves burocráticos e fila, é quatro vezes mais caro, custando R\$ 3 mil. O INSS paga aproximadamente 35 milhões de benefícios dos quais cerca de cinco milhões correspondem a decisões judiciais. A demora tem um custo que pode chegar a R\$ 11 bilhões ainda este ano.

Teríamos dinheiro para investir na educação, saúde e tecnologia se o governo federal entendesse a urgência na abertura de novos concursos públicos que viessem para preencher o atual déficit e assim ajudar os atuais servidores a darem conta de toda a demanda.